

DOSSIÊ

Entre conflito e confronto: a função política da palavra na educação

Rinaldo Voltolini

Luciana Gageiro Coutinho

Ariana Lucero

A lógica da guerra e dos discursos de ódio que se dissemina no Brasil e no mundo desafia a educação em seus diversos âmbitos. Ao lado das muitas inquietações acerca da importância da inclusão e da emergência de novas vozes no campo educativo, assistimos cotidianamente à presença da violência e de confrontos que ameaçam a presença do sujeito e da alteridade no laço social. Ainda que, muitas vezes, à escola sejam endereçados apelos pela sua responsabilidade na inserção das crianças e jovens no pacto social, pouco se faz em defesa dela, tanto na micro quanto na macropolítica.

O tema deste dossiê teve origem nas discussões realizadas ao longo dos últimos dois anos pelos pesquisadores do GT Psicanálise e Educação, vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Impactados pela onda das mais diversas formas de violência que tem se dado no campo da educação, cujo palco principal é a escola, o grupo se pôs a pensar sobre as questões concernidas quando se dá a degradação do conflito em confrontos.

A noção de conflito está no cerne do pensamento psicanalítico e marca a divisão subjetiva e a presença do inconsciente. Assim, enquanto o conflito remete à dialética própria do inconsciente, que articula o sujeito e o Outro, o confronto remete à lógica dilemática própria do narcisismo: ou Eu, ou o outro. A passagem do conflito para o confronto é a passagem de um estado de pactuação social para o risco de entrada num estado de horda. O confronto é o uso da força contra o outro, e não o uso da palavra com o outro.

Para a psicanálise, a centralidade da linguagem na constituição do sujeito no laço social evoca a função política da palavra. É na tomada da palavra diante do Outro que o sujeito nasce e pode existir. Entretanto, a

forma hegemônica do laço social na contemporaneidade, marcada pela racionalidade neoliberal, que tem o campo educativo como um de seus territórios estratégicos, dissemina “a escolha da guerra civil” (Laval et al, 2021) pela via das disputas morais e do ataque a qualquer forma coletiva de sociabilidade alternativa ao individualismo neoliberal, em detrimento das causas em favor do comum.

Na lógica dos discursos de ódio – para os quais ódio não se apresenta apenas em sua forma trivial, mas, antes, é agenciado em uma enunciação consistente, capaz de produzir deliberadamente um ódio com o qual se opera e se lucra –, presenciamos uma violência que atropela a função política da palavra ao promover o confronto como modalidade de laço social. A educação, nesse sentido, não é só palco da violência, mas também é alvo desse ódio. A educação é alvo porque é, por definição, o local onde se inicia o sujeito na dialética da palavra como resolução dos conflitos, com valor civilizatório.

Quando o confronto toma o lugar do conflito, a guerra toma o lugar da política, e a ética da palavra fica ameaçada. Quais as consequências disso para a educação? Que resistências à lógica da guerra e do confronto temos podido operar a partir da psicanálise no campo educativo? O que pode fazer a educação em interface com a psicanálise na encruzilhada entre o confronto e o conflito? Convidamos os pesquisadores desse GT a refletir sobre essas questões, e assim se constituiu a proposta deste dossiê.

Abrindo o conjunto das discussões que se presentificaram nos diversos artigos, temos o escrito de Rose Gurski e Luis Felipe Soares Araújo, o qual propõe o resgate de uma educação para o sujeito problematizando-se os efeitos do discurso e das práticas neoliberais para o estatuto da palavra no laço social atual. Assim, os autores interrogam de que modo a psicanálise, em articulação com a educação e a política, pode contribuir para frear o avanço das estratégias e práticas disseminadas pelo discurso neoliberal, com ataques constantes à dimensão coletiva dos laços sociais e educacionais.

Em seguida, dois trabalhos com adolescentes do Ensino Médio em escolas públicas do Rio de Janeiro evidenciam alguns impasses nos laços sociais presentes no contexto escolar hoje. O texto de Luciana Gageiro Coutinho, Gabriel Tostes, Théo Lepack e Amanda Lima aborda situações de conflito que se traduzem em confrontos com/na escola através da experiência de uma oficina de estórias em quadrinhos. A ausência de escuta da instituição para as questões dos adolescentes em sua diversidade

e singularidade perpetua silenciamentos e colonialismos e tem efeitos no trabalho da adolescência. A partir disso, os autores sustentam o potencial da palavra como ferramenta para ressignificar o mal-estar e promover novos enlaces, o que favorece práticas decoloniais no ambiente escolar.

O artigo de Cristiana Carneiro igualmente sustenta a importância da palavra na reconstrução dos laços sociais após o distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19. Fazendo uma distinção entre violência e agressividade, traz reflexões sobre questões que só podem emergir no espaço presencial da escola e que também não deveriam ser silenciadas.

De modo semelhante, o artigo de Cristóvão Giovani Burgarelli, Amily Rocha Naves e Lenise Santana Borges traz experiências no âmbito da extensão com projetos sociais e comunitários. Propondo um diálogo entre a psicologia social, a psicanálise e a educação, os autores elegem a implicação de cada uma delas com os movimentos sociais, sobretudo sua articulação necessária com a política e o enfrentamento à vulnerabilidade dos direitos humanos. Abordam a função política da palavra na educação propondo uma ação política (modo de viver na pólis) intrincada com a dimensão inconsciente dos discursos, dos sintomas e dos modos singulares de construções capazes de enfrentar os desafios da realidade cotidiana.

Os dois próximos artigos demonstram que tais impasses nos laços sociais, bastante afeitos à lógica neoliberal que atravessa o campo educativo hoje, também se fazem presentes na universidade. Kelly Brandão e Beatriz Almeida analisam uma ocupação estudantil realizada numa universidade de São Paulo, desencadeada por um ato violento cometido por um docente. A partir disso, discutem essa situação em que o conflito deu lugar ao confronto e os desafios para a sustentação do bem comum na universidade. Já Isael Sena, Marcelo Ricardo Pereira e Leandro de Lajonquière centram sua discussão na presença do ethos corporativo neoliberal nas instituições de ensino superior, interrogando os fins da universidade hodierna pautada pela racionalidade do mercado que produzem docentes submissos, amordaçados e anestesiados pela incapacidade de contestação e que, por sua vez, demitem-se subjetivamente.

A presença do discurso capitalista e os entraves que ele traz na sustentação do laço social é o tema discutido em três trabalhos. Inicialmente, Nádia Laguardia se volta para o contexto digital, em que se difunde a ilusão de que é possível preencher a falta subjetiva com os objetos do mercado. Tomando o próprio outro como objeto, as hiperidentidades totalizantes,

que rejeitam qualquer diferença, adotam a lógica do “conserta ou joga fora” com que lidamos com os produtos, eliminando-se a dimensão alteritária.

Os dois artigos seguintes abordam a profusão dos diagnósticos de autismo que ocorre atualmente. Angela Vorcaro, Ariana Lucero e Fernanda Stange interrogam o que a psicanálise tem a dizer sobre o autismo, desdobrando algumas falas de Lacan a esse respeito e relacionando-as com suas considerações relativas à ciência e à medicina/psiquiatria. Confrontando a leitura do diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, abordam a função que os diagnósticos adquirem no laço social e propõem a política da palavra como forma de redizer alguns enunciados que tendem à fixidez e à segregação. De modo semelhante, Mônica Rahme e Nathália Lopes discutem, a partir da psicanálise, como as transformações da concepção de autismo, bem como o lugar social ocupado pelos sujeitos assim designados têm produzido desdobramentos para a educação. Elas destacam os riscos de uma aproximação ao modelo social de deficiência, bem como do fortalecimento da perspectiva da neurodiversidade, que reafirma parâmetros cerebrais, e problematizam como essas mudanças têm revelado outras dimensões do mal-estar na educação.

Por fim, o artigo de Simone Moshen afirma que, desde a visada da psicanálise, a educação poderia ser pensada como um processo que promove o laço social em que se sustenta um ethos comum que ganha força na abertura ao novo que a linguagem carrega consigo. Busca, então, discutir o lugar reservado ao poético, como um fazer com o ritmo no deslocamento de um exercício de linguagem, o que, em nossos tempos, tem se sustentado, cada vez mais, na cristalização dos sentidos, à revelia e na contramão da necessária abertura de que se alimenta o alargamento do pensamento. Para tanto, o texto retoma o ensino de Freud e Lacan em tessitura com as proposições de Barthes, no seminário de 1976-77, “Como viver junto”.